



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 – Centro.
Florianópolis/SC – CEP: 88015-130
Tel. (48) 3664-8739 / 3664-8740 / 3664-8742
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA 2309/2021

PROCESSO SES 67210/2021

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

OBJETO: Contratação de serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames) -HDWC conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 23h00min. do dia 09/09/2021

1 – PROPOSTA

1.1 – A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 – Centro – Florianópolis – SC.

1.1.1 – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 – A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 – A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 – O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 – Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 – Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 – Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 – Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 – Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;

1.4.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 – A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 – Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 – A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

1.8 – Apresentação de proposta por empresas sediadas em Santa Catarina:

1.8.1 - Certificado de Regularidade técnica vigente, expedido pelo órgão de classe no qual o laboratório está inscrito;

1.8.2 - A licitante deve apresentar, no mínimo, um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, com vínculo comprovado com a empresa, seja em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho), sócio (contrato social ou

instrumento jurídico equivalente), ou contrato de trabalho, demonstrando que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa, e a necessidade de apresentação de Responsável(is) Técnico(s) substituto(s);

1.8.3 - Apresentar registro e inscrição do responsável técnico e da empresa no conselho profissional competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada. No caso das análises clínicas, são exclusivas dos médicos, biomédicos e farmacêuticos bioquímicos.

1.8.4 - Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS).

1.8.5 - Alvará sanitário atualizado, expedido pela fiscalização sanitária Estadual ou Municipal.

1.8.6 - Apresentar declaração expressando compromisso formal de que providenciará alvará sanitário de suas futuras instalações dentro da unidade hospitalar, sendo condição da execução do contrato.

1.8.7 - A contratada deve comprovar estar cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e deverá manter suas informações atualizadas conforme determinado em documento de seu Sistema de Gestão de Qualidade.

1.8.8 - A licitante deverá estar em consonância com as RDC 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, RDC 306, de 07 de dezembro de 2004, da ANVISA, e RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA, em suas instalações principais.

1.9 – Apresentação de propostas por empresas sediadas em outros Estados e sem inscrição no CRM/SC e CRF/SC:

1.9.1 - Certificado de Regularidade técnica vigente, expedido pelo órgão de classe no qual o laboratório está inscrito;

1.9.2 - A licitante deve apresentar, no mínimo, um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, com vínculo comprovado com a empresa, seja em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho), sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente), ou contrato de trabalho, demonstrando que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa, e a necessidade de apresentação de Responsável(is) Técnico(s) substituto(s);

1.9.3 - Apresentar registro e inscrição do responsável técnico e da empresa no conselho profissional competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada. No caso das análises clínicas, são exclusivas dos médicos, biomédicos e farmacêuticos bioquímicos.

1.9.4 - Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS).

1.9.5 - Alvará sanitário atualizado, expedido pela fiscalização sanitária Estadual ou Municipal.

1.9.6 - Apresentar declaração expressando compromisso formal de que providenciará alvará sanitário de suas futuras instalações dentro da unidade hospitalar, sendo condição da execução do contrato.

1.9.7 - A contratada deve comprovar estar cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e deverá manter suas informações atualizadas conforme determinado em documento de seu Sistema de Gestão de Qualidade.

1.9.8 - A licitante deverá estar em consonância com as RDC 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, RDC 306, de 07 de dezembro de 2004, da ANVISA, e RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA, em suas instalações principais.

1.9.9 – No momento da contratação serão exigidas as comprovações referentes aos itens 1.9.1; 1.9.3 e 1.9.5 nos respectivos Conselhos Profissionais em Santa Catarina.

2.0. Qualificação Econômico-Financeira:

2.0.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência e concordata da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

2.0.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Os balanços das Sociedades Anônimas ou por Ações deverão ser apresentados por publicação no Diário Oficial, devendo as demais empresas apresentar os balanços autenticados certificados por Contador registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando expressamente o número do livro Diário e folhas em que o balanço se acha regularmente transcrito, (com fotocópia da pág. de abertura e de fechamento do Livro Diário);

2.0.3. Demonstrações contábeis, no balanço, da conta de Lucros e Perdas, devendo a empresa apresentar os cálculos de: **2.0.3.1.** Índice de Liquidez Geral (ILG), calculado pela seguinte fórmula:

$$ILG = AC + RLP \text{ PC} + ELP \text{ resultando } ILG = 1$$

onde:

ILG = Índice de Liquidez Geral;

AC = Ativo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo; = = Maior ou igual.

OBS.: Não será habilitada a empresa cujo Índice de Liquidez Geral for inferior a 01 (hum);

2.0.3.2. Índice de Solvência Geral (ISG), calculado pela seguinte fórmula:

$$ISG = AT \text{ . PC} + ELP \text{ resultando } ISG = 1$$

Onde:

ISG = Índice de Solvência Geral;

AT = Ativo Total;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo;

= = Maior ou igual.

OBS.: Não será habilitada a empresa cujo Índice de Solvência Geral for inferior a 01 (hum);

2.0.3.3. Índice de Liquidez Corrente (ILC), calculado pela seguinte fórmula:

$ILC = AC : PC$ resultando $ILC = 1$

Onde:

ILC = Índice de Liquidez Corrente;

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

= = Maior ou igual.

OBS.:Será inabilitada a empresa cujo Índice de Liquidez Corrente for inferior a 01 (um);

2.0.4. Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Secretaria de Estado da Saúde se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelos licitantes;

2.0.5. As licitantes que apresentarem resultado dos Índices previstos no item 2.0.3, alíneas “2.0.3.1”, “2.0.3.2” e “2.0.3.3” menor do que 01 (um), deverá comprovar o capital ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

3. Regularidade Social

3.1.1. Declaração emitida pela Empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz) – modelo de uso facultativo.

4 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 – A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

4.2 – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

4.3 – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

4.4 – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

5 – DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 – A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

5.2 – A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

5.3 – A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

5.4 – As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

5.5.1 – A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

5.5.2 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

5.5.2.1 – O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

5.5.2.2 – Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

5.5.2.3 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

5.5.2.4 – A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

5.5.2.5 – A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

5.5.3 – A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

5.6 – Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

5.7 – A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

5.8 – Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

5.9 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.10 – O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br.

5.11 – Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

6-PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO-

6.1- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Florianópolis, 02 de Setembro de 2021.

Núcleo de Compra Direta
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
SERVIÇOS EM SAÚDE - CONTRATO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: HDWC - HOSPITAL DOUTOR WALDOMIRO COLAUTTI
Edital nº: 2309/2021 Protocolo: SES 67210/2021

Item	Código	Descrição	Unidade	Total
1	050038001	Análise Clínica Serviços de análises clínica (execução de exames) para HDWC Média de exames por mes: 22.457 Média de exames semestre: 134.742	Serviço	1

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 – A SES convocará o cotador vencedor, por meio de notificação através de e-mail, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

1.2 – Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela cotadora vencedora que tenham servido de base ao presente processo, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexo;

1.3 – As demais condições contratuais, tais como: prazo e local de entrega, alterações, vigência, rescisão e outras; são as previstas no Anexo II deste edital (Minuta de Contrato);

1.4 – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocado outra cotadora, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
HDWC	Hospital Dr. Waldomiro Colautti	Rua Três de Maio, s/nº Centro – Ibirama – SC	(47) 3357-2555



ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA
DE ESTADO DA SAÚDE

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO

1.1. Contratação dos serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para a Unidade Hospital Doutor Waldomiro Colautti (HDWC), conforme requisição SCCD nº 2562/2021.

Especificação do Objeto:

A especificação dos serviços será conforme o Anexo I, referente à relação de exames de análises clínicas prescritos na unidade HDWC, no qual constam tabela, código, descrição, número de exames/mês e número de exames/ano.

1.2. Resumo da Despesa:

Processo SES Nº:	67210/2021
Despesa decorrente de:	() Contratação direta () Licitação () Registro de preço () Convênio () Aditivo ao contrato (X) Outro- Dispensa de Licitação
Existe contrato anterior:	() Não (X) Sim Nº contrato: 040/2018 ADR Rio do Sul- Contrato Fictício 381/2019.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Devido a abertura de mais 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 13 leitos de enfermaria destinados aos pacientes COVID, além de 10 leitos de UTI Geral, emergência e demais unidades de internação existentes houve o término do saldo do contrato nº040/2018 ADR Rio do Sul (Contrato Fictício 381/2019) em junho de 2021 para esta unidade hospitalar em decorrência do aumento de pacientes e consequentemente da quantidade de exames realizados, mesmo com o aditivo de 25% do valor total do contrato, o valor do contrato de 2020 e 2021 foi extrapolado, gerando pagamentos administrativos. Informamos que a continuidade desses serviços é de extrema importância, pois auxilia o diagnóstico clínico de pacientes internados e pacientes em situação de atendimento de urgência e emergência, sendo que a ausência ou morosidade na coleta e execução de exames podem causar danos aos pacientes e prejuízos aos profissionais e à unidade hospitalar. Diante disso estamos solicitando uma Dispensa de Licitação contemplando o aumento do quantitativo de exames (anexo 1).

3. ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A quantidade mensal de cada procedimento baseia-se na média aritmética dos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

3.2 Procedimentos que por ventura não constem nos Anexos deste Edital e, que a realização se faça necessária por questões de epidemias, endemias, sazonalidade, surtos, novas tecnologias e outras condições, poderão ensejar uma alteração de contrato para uma possível inclusão destes novos procedimentos, com a devida justificativa técnica e pesquisa de preço de mercado que demonstre a vantajosidade de inclusão, sendo necessário concordância da CONTRATADA;

3.3 Os serviços laboratoriais clínicos para a realização de exames de análises clínicas compreenderão fundamentalmente o agendamento, coleta e transporte (interno e externo) de material biológico nas unidades e serviços assistenciais contratados, realização de exames laboratoriais de análises clínicas, liberação de resultados e entrega de laudos eletrônicos;

3.4 A CONTRATADA deverá prestar serviços nas dependências da unidade hospitalar, diariamente, durante 24 (vinte e quatro) horas, incluindo sábados, domingos e feriados, com o objetivo de fornecer os resultados de acordo com o prazo definido pela necessidade técnica da unidade hospitalar, descrita na Tabela I;

3.5 A unidade laboratorial não poderá servir como sede da CONTRATADA para atender e processar amostras de pacientes externos particulares ou por convênios nas dependências da unidade hospitalar.

TABELA I - Unidade Hospitalar.

Nome Unidade	Rua	Bairro	Cidade	CEP	Fone
Hospital Doutor Waldomiro Colautti - HDWC	Três de Maio, S/N	Centro	Ibirama	89140-000	(47) 3357 2555/2070 hdwc@saude.sc.gov.br

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 Qualificação técnica:

A empresa ganhadora deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de qualificação técnica para execução do objeto a ser contratado:

- 4.1.1 Certificado de Regularidade técnica vigente, expedido pelo Órgão de Classe, no qual o laboratório está inscrito;
- 4.1.2 Alvará de Licença Sanitária expedido pelo Órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;
- 4.1.3 Registro de no mínimo, um Responsável Técnico, legalmente habilitado no respectivo Conselho Regional de Classe;
- 4.1.4 Médico, biomédico, farmacêutico-bioquímico inscritos nos Conselhos Regionais de Classe, CRM, CRBio e CRF, respectivamente, poderão exercer a Responsabilidade Técnica de Laboratórios de Análises Clínicas;
- 4.1.5 O laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem dispor de um profissional legalmente habilitado como Responsável Técnico que poderá assumir perante a vigilância sanitária, a Responsabilidade Técnica de no máximo 02 (dois) laboratórios clínicos ou 02 (dois) postos de coleta laboratoriais ou 01 (um) laboratório clínico e 01 (um) posto de coleta laboratorial (RDC/ANVISA nº 302/2005);
- 4.1.6 No caso de impedimento do Responsável Técnico, o laboratório clínico ou o posto de coleta laboratorial contarão com um profissional legalmente habilitado para substituí-lo;
- 4.1.7 Vínculo permanente do Responsável Técnico no quadro da empresa, em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho), sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente) ou contrato de trabalho;
- 4.1.8 Registro e Inscrição do Responsável Técnico (item 4.1.3 e 4.1.4) e da empresa, junto ao Conselho Regional de Classe competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada;
- 4.1.9 Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS);
- 4.1.10 Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES com as informações atualizadas;
- 4.1.11 As comprovações previstas nos subitens acima deverão ser exigidas na ocasião da convocação da adjudicatária para assinatura do contrato, sob pena de não o fazendo, decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital;
- 4.1.12 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes da empresa CONTRATADA;
- 4.1.13 O detalhamento dos processos de análises clínicas em cada área técnica deverá constar na proposta: Bioquímica, Uroanálise, Imunologia, Hormônios, Hematologia, Microbiologia e Micologia, identificando os equipamentos / metodologia de análise, local de processamento e processo de controle de qualidade a serem utilizados. Eventuais substituições nos processos deverão ser previamente analisadas pela comissão de acompanhamento do contrato;
- 4.1.14 O prazo para a instalação da Unidade Laboratorial nas dependências da unidade hospitalar, será de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do Termo de Contrato;
- 4.1.15 Declaração emitida pela licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, ou caso opte por não a realizar, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com esta Secretaria.

4.2 Justificar a exigência:

4.2.1 As exigências previstas no item 4.1 do presente Termo de Referência referem-se à Regulamentação Técnica para o funcionamento de Laboratório Clínico, com o objetivo da prestação de serviços à unidade hospitalar, em conformidade com as Resoluções da ANVISA, RDC 302, de 13 de outubro de 2005; RDC 306, de 07 de dezembro de 2004; e RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002, como garantia do cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO, sem comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizado pela administração pública , conforme o Inciso XXI do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

4.3. Qualificação econômico-financeira:

4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência e concordata da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

4.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Os balanços das Sociedades Anônimas ou por Ações deverão ser apresentados por publicação no Diário Oficial, devendo as demais empresas apresentar os balanços autenticados certificados por Contador registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando expressamente o número do livro Diário e folhas em que o balanço se acha regularmente transcrito, (com fotocópia da pág. De abertura e de fechamento do Livro Diário);

4.3.3. Demonstrações contábeis, no balanço, da conta de Lucros e Perdas, devendo a empresa apresentar os cálculos de:

4.3.3.1. Índice de Liquidez Geral (ILG), calculado pela seguinte fórmula: $AC + RLP \geq PC + ELP$

$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$ Resultado $IGL \geq 1$

Onde:

ILG = Índice de Liquidez Geral; AC = Ativo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo;

\geq = Maior ou igual.

OBS.: Não será habilitada a empresa cujo Índice de Liquidez Geral for inferior a 01 (um).

4.3.3.2. Índice de Solvência Geral (ISG), calculado pela seguinte fórmula: $AC \text{ ILC} =$

_____ Resultado $ILC \geq 1$

PC

Onde:

ILC = Índice de Liquidez Corrente; AC

= Ativo Circulante;

PC=Passivo Circulante;

\geq = Maior ou igual.

OBS.: Será inabilitada a empresa cujo Índice de Liquidez Corrente for inferior a 01 (um).

4.3.4. Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Secretaria de Estado da Saúde se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelos licitantes;

4.3.5. As licitantes que apresentarem resultado dos Índices previstos no item 4.3.3, do Edital de publicação, subitens “4.3.3.1” e “4.3.3.2” menor do que 01 (um), deverá comprovar o capital ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

4.4 Qualificação de regularidade social:

4.4.1 Declaração emitida pela Empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz) – modelo de uso facultativo.

5.DA ESTIMATIVA

5.1.Orçamentos:

5.2. O valor de cada exame será baseado no código correspondente da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP, um instrumento oficial, no qual o Ministério da Saúde processa o pagamento de exames realizados para atender as Unidades Hospitalares;

5.3. Na ausência da descrição de exames na tabela SIGTAP-SUS, utiliza-se os códigos da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), sendo que os códigos da Tabela Própria da SES somente serão utilizados na inexistência dos códigos anteriores;

5.4. Serão cobrados exclusivamente coleta e preparo de amostras biológicas para realização de exames disponibilizados no Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN), sendo que o transporte ao LACEN e/ou laboratório da rede indicado por este, ficará a cargo da unidade hospitalar.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS 6.1.Obrigações da contratada:

6.1.1. Prestar os serviços, objeto deste Termo de Referência, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos necessários para executar os serviços com a máxima qualidade;

6.1.2. Despesas decorrentes da execução da contratação, tais como equipamentos, adequações das áreas físicas e recursos humanos ficarão exclusivamente sob a responsabilidade da CONTRATADA;

- 6.1.3. Executar os serviços com profissionais devidamente qualificados, selecionados e treinados para o desempenho adequado dos trabalhos;
- 6.1.4. Utilizar Sistema de Gestão de Qualidade para execução ágil de processos, resultado rastreável, comunicação eficiente e outros.;
- 6.1.5. Estabelecer os resultados críticos junto a Gerência Técnica hospitalar, respeitando a vocação e as características da unidade;
- 6.1.6. Comprovar o Registro de equipamentos na ANVISA e apresentar o plano de manutenção periódica previsto no Sistema de Gestão de Qualidade;
- 6.1.7. Realizar obrigatoriamente a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos existentes na Unidade Laboratorial que presta serviço à unidade hospitalar, com assistência técnica especializada por profissionais treinados e capacitados pelos fabricantes;
- 6.1.8. Apresentar comprovação das manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos (cópia das ordens de serviço e/ou relatórios de manutenção);
- 6.1.9. Realizar obrigatoriamente a manutenção das instalações utilizadas nas dependências da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato;
- 6.1.10. Dispor dos dados brutos comprobatórios das atividades de manutenção, os quais poderão ser solicitados a qualquer momento pelo fiscal e/ou seus designados;
- 6.1.11. A CONTRATADA deverá dispor de informações a pedido da SES, auditoria técnica ou administrativa, a qualquer momento;
- 6.1.12. Sistema de Controle de Qualidade Interno e Externo para TODOS os analitos que realiza e na impossibilidade deste Sistema, a CONTRATADA deverá demonstrar como realiza o controle de forma alternativa;
- 6.1.13. Os certificados mensais e qualquer outro documento probatório do desempenho da CONTRATADA no Programa De Controle de Qualidade Externo devem ser apresentados mensalmente à unidade para análise do cumprimento dos serviços;
- 6.1.14. Comprovação documental no Sistema de Gestão de Qualidade da Guarda dos dados brutos de exames nos termos da RDC/ANVISA nº 302/2005 e suas respectivas atualizações;
- 6.1.15. Utilizar somente material de consumo com Registro na ANVISA, descartável e de qualidade para realização dos exames;
- 6.1.16 A coleta de sangue deverá ser realizada por profissional experiente e formalmente capacitado, sob responsabilidade e às expensas da CONTRATADA, supervisionado por profissional competente, como por exemplo, Técnico de Análises Clínicas, Biomédico ou Farmacêutico-Bioquímico. Quando realizada por Técnico de Enfermagem, esse será supervisionado por um Enfermeiro Responsável, conforme as normas e determinações do Conselho de Classe. Nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, Berçário ou Pediátrica, a coleta poderá ser supervisionada por profissionais da enfermagem e na impossibilidade de uso do método tradicional, será utilizado o sistema de microcoleta e microtécnica;
- 6.1.17 .Todo material de consumo (seringa, agulha, escalpe, gaze seca e estéril, algodão, bandagem, esparadrapo, luva, tubo de coleta, microtubo, etiqueta para identificação do paciente, swab de algodão, lanceta, descartador de material perfurocortante e outros), insumos, produtos para diagnóstico de uso in vitro (reagentes, padrões, calibradores, controles, materiais, artigos e instrumentos) e recursos humanos utilizados para a coleta e realização dos exames, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus e responsabilidade à SES;

6.1.18. Apresentar os colaboradores devidamente uniformizados e identificados com crachá que constem o nome da empresa, do profissional, o número da matrícula, o registro geral e fotografia. Cumprir as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho e prover os colaboradores com Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC, quando realizarem os serviços, quando permanecerem na(s) Unidade(s) da SES ou quando necessário;

6.1.19. Dispor de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS atendendo aos requisitos da RDC/ANVISA nº 306/2004, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-7 Portaria MTE nº 3214 de 08/06/1978 e Lei nº 6514 de 22/12/1977) e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT em consonância com a legislação trabalhista vigente;

6.1.20. Responsabilizar-se pelo ônus decorrente da imediata substituição na prestação dos serviços, de empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça a confiança da SES, embarace a fiscalização ou proceda de modo impróprio com os serviços prestados ou com o atendimento humanizado preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

6.1.21. Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de propriedade da CONTRATADA a fim de não serem confundidos com os equipamentos similares de propriedade da CONTRATANTE;

6.1.22. Limpar e manter seus equipamentos e área física utilizada, bem como responsabilizar-se pelo destino de resíduos químicos e biológicos potencialmente poluidores e/ou contaminantes resultantes das suas atividades laborativas. Responder pelos danos ambientais que porventura causarem, sem ônus à SES, sendo que tais procedimentos deverão constar no Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA, incluindo procedimento de limpeza, periodicidade e outros;

6.1.23. Construir estrutura de logística para prestar serviços nas Unidade(s) Hospitalar(es) que apresentam apenas posto de coleta ou naquelas onde a coleta é realizada nos leitos, conforme descrito na Tabela II, para garantir a coleta da amostra, a realização dos exames e a liberação dos resultados, no MÁXIMO em 1 (UMA) hora, dos seguintes exames elencados como URGÊNCIA: gasometria arterial e/ou venosa, sódio, potássio, cálcio, magnésio, ureia, creatinina, hematócrito, hemoglobina, glicose e troponina. Os resultados de outros exames de urgência: hemograma, plaquetas, amilase, parcial de urina, CK, CK- MB, CK-massa, TAP, TTPA, lactato, TGO, TGP, fosfatase alcalina, Gama-GT, Bilirrubinas, cloro, Beta-HCG serão liberados em 2 (DUAS) horas em CARÁTER DE EMERGÊNCIA;

6.1.24. Incluir ou excluir exames no elenco de procedimentos de acordo com as determinações e interesses da SES, como por exemplo, exames epidemiológicos, seguindo possíveis direcionamentos técnicos demandados por esta Secretaria;

6.1.25. Participar das sub-redes laboratoriais por agravos da CRLAB-LACEN/SC em que a CONTRATADA possa realizar exames na unidade hospitalar;

6.1.26. Instalar e manter sob sua responsabilidade técnica com identificação apropriada, um gasômetro próximo à UTI, Centro Cirúrgico ou local definido pela unidade hospitalar, bem como treinamento de pessoal da unidade hospitalar, sistema de controles e calibração devidamente comprovados e cronogramas de manutenção preventiva e corretiva;

6.1.27. A empresa CONTRATADA deverá realizar a integração da requisição e resultados de exames com o Sistema de Gestão em Saúde Hospitalar (SGS-Hospitalar) utilizado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), no prazo de 60 (sessenta) dias. Após a integração, os exames serão solicitados por meio de requisição eletrônica no SGS-Hospitalar e enviados automaticamente ao sistema utilizado pela CONTRATADA. Os resultados estarão disponíveis na SGS-Hospitalar para visualização e para impressão, se necessária;

- 6.1.28. Lançar manualmente os resultados de pacientes com prontuário eletrônico no SGS- Hospitalar, quando falha de integração entre os sistemas informatizados;
- 6.1.29. Criação das “máscaras” dos exames para integração entre os sistemas, sob a supervisão dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização do contrato;
- 6.1.30. Monitorar a integração entre os sistemas informatizados da CONTRATADA e do SGS-Hospitalar, certificando-se do envio correto e íntegro das informações ao SGS- Hospitalar;
- 6.1.31. Dispor da infraestrutura de informática (“hardware”, “software”, rede lógica e acesso à INTERNET) na Unidade Laboratorial instalada nas dependências da CONTRATANTE;
- 6.1.32. A CONTRATADA deverá (até a implantação do interfaceamento supracitado) apresentar as listas de pacientes atendidos e de exames realizados às unidades hospitalares da CONTRATANTE, que efetuará os pagamentos somente após a análise e conferência dos dados;
- 6.1.33. Acessar outras informações acerca da integração entre os sistemas, através do contato com o fabricante do software;
- 6.1.34. Solicitar os exames de acordo com a nomenclatura proposta e respectivos códigos apresentados neste Termo está condicionado ao pagamento dos serviços de análises clínicas;
- 6.1.35. No caso de prorrogação do contrato, os exames poderão ser reajustados de acordo com os seguintes critérios: a) Exames constantes a tabela SIGTAP/SUS poderão ser reajustados somente quando do reajuste dessas tabelas, assumindo-se os novos valores da tabela aos preços contratados; b) Exames constantes as tabelas CBHPM e poderão ser reajustados somente quando do reajuste dessa tabela, aplicando-se o IPCA/IBGE sobre os preços contratados; c) Exames constantes a tabela própria da SES poderão ser reajustados ao aplicando-se o IPCA/IBGE sobre os preços contratados;
- 6.1.36. Apresentar laudo de exame com metodologia empregada, valor de referência, nome o número de registro no conselho profissional competente do responsável pela liberação do laudo;
- 6.1.37. Apresentar laudo de exame realizado em laboratório terceirizado constando o nome do laboratório responsável e as mesmas informações do item 6.1.36;
- 6.1.38. Não transferir a outrem os compromissos assumidos, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 6.1.39. Exames realizados no LACEN não poderão ser faturados por código e/ou nomenclatura das Tabelas referenciadas: Leishmania (anticorpos/pesquisa); Leptospirose (sorologia/anticorpo e/ou pesquisa); Hepatite C - quantitativo (carga viral); Hepatite B; quantitativo (carga viral); HIV - quantitativo (carga viral); Tuberculose PCR;
- 6.1.40. Exames realizados no laboratório Municipal pertencentes à rede de atenção e diagnóstico não poderá ser faturado por código e/ou nomenclatura das Tabelas de Referência: Tuberculose PCR;
- 6.1.41. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços que foram verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados;
- 6.1.42. Assumir toda e qualquer providência acerca do reparo ou indenização por danos materiais causados à CONTRATANTE e a terceiros por práticas ou acidentes decorrentes do serviço, causados por seus funcionários;
- 6.1.43. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.1.44. Declarar que o exame será repetido sem ônus para a SES/SC se não estiver de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

- 6.1.45 Disponibilizar os Procedimentos de transporte e preparo de amostra, o Manual de coleta e preparo de paciente e o Plano de Contingência para eventuais situações de risco;
- 6.1.46. Remanejar saldo de exames entre unidades do mesmo lote para realização de exames na unidade que não dispõe de quantitativo;
- 6.1.47. Cumprir as conformidades da RDC/ANVISA nº 171/2006, quando a CONTRATADA atender unidade hospitalar que dispõe de Banco de Leite Humano (BLH) e/ou Posto de Coleta de Leite Humano (PCLH);
- 6.1.48. Dispor de profissional capacitado por treinamento reconhecido pela Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano para execução das análises físico-químicas, organolépticas e microbiológicas do leite, conforme Art. 7.4 da RDC/ANVISA nº 171/2006, quando a CONTRATADA atender unidade hospitalar que dispõe BLH e/ou PCLH.

6.2 Do local da prestação de serviços:

- 6.2.1.A CONTRATADA prestará os serviços na unidade hospitalar de acordo com área máxima descrita na Tabela II. Os exames também poderão ser executados nas unidades hospitalares que dispõem de posto de coleta laboratorial com área máxima descrita na Tabela II, desde que amparado com área de preparo de amostras;
- 6.2.2.A CONTRATADA pagará o valor por metro quadrado da área cedida pela CONTRATANTE como descrito na Tabela III;
- 6.2.3. Para exclusiva execução dos serviços, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA, nas condições estipuladas neste Termo de Referência, área física adequada nas dependências das unidades, conforme a Tabela II, bem como água, luz e ramal telefônico (exclusivamente interno);
- 6.2.4.A CONTRATADA providenciará a adaptação da rede de gás, água e energia elétrica, no prazo de 60 (sessenta) dias, no caso da inexistência de medidores individuais instalados na unidade, conforme a especificidade de cada ambiente, respeitando as estruturas existentes e garantindo o funcionamento pleno dos sistemas, para aferição de gás, água e energia elétrica, para posterior cobrança do gasto com o consumo mensal pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- 6.2.5.A CONTRATADA executará nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela Unidade Hospitalar vinculada à SES, vedado atendimento externo de particulares ou outros convênios;
- 6.2.6. Referente a concessão remunerada de uso de bem público à empresa CONTRATADA depositará à SES até o 10º dia do mês, aluguel correspondente à área física cedida, o qual será cobrada pelo metro quadrado da região seguindo índices oficiais. Além disso, a cobrança do condomínio será de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do aluguel, em razão da manutenção da estrutura disponível à CONTRATADA, conforme Tabela III. Após a instalação dos medidores individuais pela CONTRATADA, os valores aferidos, serão somados à taxa de condomínio e o valor médio dos três meses posteriores à instalação será atribuído ao pagamento mensal dos 6-0 dias que a CONTRATADA ficou sem medidor.
- 6.2.7. Para a comprovação do pagamento das despesas contidas neste termo, a empresa contratada deverá apresentar mensalmente o documento de depósito, juntamente com a nota fiscal dos serviços prestados.
- 6.2.8. Em caso de prorrogação do Contrato, a SES atualizará a remuneração da área física, estabelecida neste Termo com base na variação do CUB (Custo Unitário Básico) do período.
- 6.2.9 Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da sala que será cedida, conforme necessidade da empresa vencedora;

6.2.10. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, atendendo as determinações da legislação sanitária vigente, assim como, a

Unidade da SES	Nº de Leitos	Área Física Coleta (M2)	Área Física Laboratório (M2)	Horário de Atendimento
HDWC	95	Não se aplica	85,95	24h incluindo sábados, domingos e feriados

demanda da prestação dos serviços;

6.2.11.A CONTRATADA deverá comunicar a SES previamente, quando houver necessidade de realização de obra na área disponibilizada e providenciar a continuidade dos serviços

6.2.12.A CONTRATADA deverá entregar a área utilizada em perfeito estado de pintura, instalação elétrica e hidráulica, limpeza e conservação, no término do contrato.

TABELA II - Área máxima disponível ao laboratório clínico e posto de coleta nas unidades hospitalares públicas vinculadas à SES/SC.

TABELA III - Área cedida e valor por metro quadrado disponíveis aos laboratórios nas unidades hospitalares públicas vinculadas à SES/SC.

Unidade	Área (M²)	Valor Aluguel/M² (R\$)	Valor Total Aluguel (R\$)	Valor Condomínio/M² (R\$)	Valor total condomínio (R\$)
HDWC	85,95	50,17	4.312,11	12,54	1.077,81

6.3 Das demais obrigações da contratada:

6.3.1 CONTRATADA. Estes documentos estão relacionados abaixo e devem estar disponíveis para apresentação a qualquer momento:

- Contrato de Trabalho de seus empregados;
- Contrato de prestação de serviços, quando for o caso;
- Registro da carteira de trabalho de empregados;
- Controle de horas;
- Regulamento interno;
- Convenção, acordo ou sentença normativa;
- Certificado de regularidade do FGTS;
- GFIP;
- Folha de pagamento;
- Certidão negativa de débitos previdenciários (CND);
- Documentos pertinentes à contribuição previdenciária;

- l) Documentos pertinentes à segurança e saúde do trabalho;
- m) Comunicado de acidente do trabalho (CAT), entre outros;
- n) Documentação do Sistema de Gestão da Qualidade (comprovação de treinamentos, plano de manutenção preventiva e outros).

6.3.2.A CONTRATADA será a responsável única e direta perante o empregado que contrata para execução do objeto, exercendo a prerrogativa de dirigi-los e ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes;

6.3.3.Não se estabelecerá qualquer relação jurídica entre os empregados da CONTRATADA e a Secretaria de Estado da Saúde;

6.3.4.A recusa, demora ou qualquer reclamação no atendimento, independente das sanções cabíveis, permitirá que a SES confie a outrem, a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo uma única vez, no pagamento subsequente, sem que a CONTRATADA possa impugnar o seu valor;

6.3.5.A CONTRATADA, representada por sua direção ou preposto, deve participar sempre que convocada, das reuniões técnicas do corpo clínico e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) da(s) Unidade(s) da SES, a fim de auxiliar nas ações relacionadas a infecção hospitalar, sem quaisquer ônus à SES;

6.3.6. Informar a escala de funcionários que realizarão os exames no período noturno, finais de semana e feriados a(s) Unidade(s) da SES, durante a vigência do contrato;

6.3.7 Responsabilizar-se pelo controle da frequência e pontualidade de seus empregados;

6.3.8 Manter contingente laborativo suficiente para executar dos serviços, sem interrupção por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve ou demissão de empregados, sendo necessário substituições de profissionais em prazo hábil, resguardando-se de incolumidade, continuidade e pontualidade dos serviços, além de risco à segurança do trabalhador, no prazo estabelecido pelo Fiscal do Contrato;

6.3.9.Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, alimentação e transporte, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, com o objetivo de liberação pagamentos das faturas apresentadas ao CONTRATANTE para liquidação;

6.3.10. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da legal;

6.3.11. Fornecer aos seus profissionais até o último dia útil do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado e de vale transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço (Dec. Fed. nº 95.247/87, Lei nº 7.418/85, Lei nº 7.619/87). A CONTRATADA assumirá todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

6.3.12. Encaminhar o profissional que sofrer acidente de trabalho ou aquele que necessitar de atendimento médico em tempo hábil e comunicar a ocorrência ao Fiscal do Contrato;

6.3.13. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, licenças, Conselhos Regionais, outros Órgãos públicos Municipais, Estaduais ou Federais necessários e, certidões solicitadas;

6.3.14.A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

6.3.15. Providenciar a correção das deficiências na execução dos serviços contratados apontadas pela SES;

6.3.16. Reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objetos do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados;

6.3.17. A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência;

6.3.18. A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que seja causado direta ou indiretamente ao patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde ou a terceiros pela execução dos serviços prestados;

6.3.19. Ser responsável pelo dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da SES, devendo a CONTRATADA comunicar à SES por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes durante a execução do contrato e ressarcir o prejuízo causado;

6.3.20. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.

6.3.21.A CONTRATADA apresentará ao Fiscal do Contrato sempre quando solicitado, a relação nominal acompanhada dos endereços residencial e profissional atualizada e Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos legalmente previstos, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida;

6.3.22.A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais, cujas reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender;

6.3.23.A CONTRATADA e seus subordinados deverão atender com presteza as solicitações/reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para a SES;

6.3.24.Manter permanentemente de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa;

6.3.25.A CONTRATADA preservará a SES/SC, mantendo-a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação;

6.3.26.A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SES/SC;

6.3.27.A CONTRATADA indicará um responsável pelo gerenciamento dos serviços, autorizado a tratar com o CONTRATANTE a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato;

6.3.28.A CONTRATADA emitirá nota fiscal onde constará o nome do exame e respectivo código relacionado com a Tabela de Referência SIGTAP/SUS, Tabela CBHPM e/ou Tabela Própria SES, número de exames realizados e entregará na unidade hospitalar solicitante, conforme a relação mensal de exames realizados, disponibilizada no SGS- Hospitalar.

6.4 Obrigações da Contratante:

6.4.1.A CONTRATANTE acompanhará durante a vigência do Contrato o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.4.2.A CONTRATANTE deverá assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, ao local de trabalho;

6.4.3.A CONTRATANTE/SES deverá prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATADA;

6.4.4.A CONTRATANTE/SES pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato de acordo com a norma de contratação;

6.4.5.Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados diretamente pelo Gestor e representante designado pela Administração da Unidade Hospitalar (Fiscal de Contrato), o qual acompanhará e fiscalizará o cumprimento dos dispositivos do Contrato. A Comissão de Serviços de Análises Clínicas da SES atuará junto a fiscalização, desde o início dos trabalhos, com interesse exclusivo da SES, participando de todos os atos que se fizerem necessários para garantir a execução dos serviços contratados, podendo ser realizadas diligências e auditorias;

6.4.6 Visita da Comissão de Serviços de Análises Clínicas nos Laboratórios para comprovação da compatibilidade de parque de equipamentos e do corpo técnico qualificado para prestar os serviços de análises clínicas às unidades hospitalares;

6.4.7 A CONTRATADA deverá disponibilizar os indicadores na periodicidade indicada na Tabela IV, como instrumento de acompanhamento e avaliação do serviço pela CONTRATANTE. Os valores devem estar de acordo com o estipulado aceitável descritos por indicador. O não atendimento das metas dispostas na Tabela IV, poderá ensejar as sanções previstas no Artigo 87, Incisos I, II, III e IV da Lei nº8.666/1993.

TABELA IV - Indicadores utilizados na avaliação da execução dos serviços.

NOME DO INDICADOR	META	PERIODICIDADE	FÓRMULA
Taxa de coleta de nova amostra	Abaixo de 3%	Mensal	$(\text{N}^{\circ} \text{ de coletas de novas amostras} / \text{Total de coletas}) * 100$
Desempenho do laboratório no ensaio de proficiência. Controle de Qualidade Externo.	Acima de 85%	Mensal	$(\text{N}^{\circ} \text{ de exames (analitos) que atenderam o padrão} / \text{Total de exames enviados (PNCQ ou Controllab)}) * 1001$
Exames em regime de urgência liberados no tempo	Acima de 97%	Mensal	$(\text{N}^{\circ} \text{ de exames de urgentes liberados no tempo} / \text{Total de exames urgentes liberados}) * 1002$
Taxa de contaminação de Hemoculturas	Abaixo de 3%	Mensal	$(\text{N}^{\circ} \text{ de contaminações} / \text{n}^{\circ} \text{ de hemoculturas coletadas}) * 100$
Monitorar a efetividade da comunicação de exames críticos laboratoriais comunicados	Acima de 98%	Mensal	$(\text{N}^{\circ} \text{ de exames de rotina críticos passados telefone} / \text{Total de exames críticos}) * 1003$

- O laboratório deverá submeter seus resultados a ensaios de proficiência, conforme a RDC/ANVISA nº 302/2005, legislação vigente e suas atualizações. Os testes que não dispõem de ensaios externos deverão ser verificados por métodos alternativos comprovados pela CONTRATADA;
- Os exames em regime de urgência estão dispostos no item 6.1.23;
- A lista e os valores de exames críticos serão elaborados de acordo com o Item 6.1.5.

6.5 Da transição:

6.5.1 A CONTRATADA deverá estar apta para iniciar a prestação dos serviços no máximo em 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, na data definida pela CONTRATANTE, conforme encerramento do contrato do prestador dos serviços atual.

7.RECURSOS

Origem dos Recursos: <input type="checkbox"/> TESOIRO () FUNDO <input type="checkbox"/> CONVÊNIO () OUTRO <input checked="" type="checkbox"/> DEFINIÇÃO POSTERIOR	Dotação dos Recursos: <input type="checkbox"/> Conforme deliberação da gerência de orçamentos. <input type="checkbox"/> Recurso <input type="checkbox"/> COMPROVADO <input type="checkbox"/> NÃO COMPROVADO EM / /
---	--

Condições de Execução:

☐ PARCELA ÚNICA ☒ PARCELADO

8.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

8.2. Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

8.3. Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

9.SANÇÕES DO CONTRATO

(☒) CONFORME DECRETO ESTADUAL N. 2.617/09 () OUTRO

10 DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

- 10.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
- 10.2. Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nº s 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- 10.3. Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- 10.4. Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- 10.5. Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1 Contratação continuada para 6 (seis) meses.

12. CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93;
- 12.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à licitação, bem como, as condições estabelecidas no Edital e Anexos;
- 12.3. No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor;
- 12.4. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições do Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;
- 12.5. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do contrato;
- 12.6. O contrato será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
- 12.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do Contrato.

13. GESTOR DO CONTRATO

Unidade	Gestor do Contrato	Matrícula
HDWC	Silvana Leite Costa	368.471-7-04

14. FISCAL DO CONTRATO

Unidade	Fiscal do Contrato	Matrícula
HDWC	Nilson Carvalho Correa	659.764-5-01

15. GARANTIA CONTRATUAL

15.1.A proponente que for adjudicado no(s) lote(s) desta licitação, será notificada a comparecer para assinatura do Contrato, devendo para isso efetuar na Secretaria de Estado da Saúde, a título de GARANTIA CONTRATUAL, o recolhimento da importância de 5% do valor total do Contrato que terá seu valor atualizado nas mesmas condições, no caso de reajustes e prorrogações;

15.2.No caso de rescisão, a liberação da garantia contratual ficará condicionada a verificação de cumprimento das obrigações firmadas no presente instrumento, podendo esta Secretaria, em caso de prejuízo, promover a execução da garantia contratual para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;

15.3.A Garantia Contratual poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

15.3.1.Moeda corrente no país ou em títulos de dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

15.3.2.Fiança bancária;

15.3.3.Seguro-garantia.

A fiança bancária deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil. O seguro garantia será realizado mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome da Secretaria de Estado da Saúde, cobrindo o risco de quebra do contrato. A Garantia Contratual e os reforços somente poderão ser levantados 30 (trinta) dias após a data do término do Contrato e aceite pela Secretaria de Estado da Saúde. O pedido de devolução deverá ser protocolado e acompanhado do original da guia de recolhimento

16. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Todos os custos referentes à prestação de serviço deverão estar previstos na proposta de preços. Como critério de julgamento das propostas será utilizado o menor valor global, entretanto, a empresa participante deverá apresentar planilha com valor unitário por exame.

A empresa participante também deverá respeitar todos os critérios exigidos no Termo de Referência.

DATA:

NOME DO RESPONSÁVEL: Tatiana Melissa Peres de Oliveira Tumitan

TELEFONE: (47) 33572555 R14

E-MAIL: geradhdwc@saude.sc.gov.br

Assinado Digitalmente:

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 0000/0000

Termo de Contrato de Prestação de Serviços, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa _____, através do PSES nº 67210/2021, Edital nº 2309/2021, na modalidade de Dispensa de Licitação.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde
CNPJ:	80.673.411/0001-87
Endereço:	Rua Esteves Júnior, nº 160 - Ed. Halley
Representada por:	

CONTRATADA:	
CNPJ:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O presente Contrato tem por objeto, a prestação pela CONTRATADA a CONTRATANTE, de **Contratação de serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames)** para a **HDWC - HOSPITAL DOUTOR WALDOMIRO COLAUTTI** de acordo com o local, quantitativos e especificações constantes no Anexo I, parte integrante do presente edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a prestar o serviço objeto deste instrumento, especificado e quantificado na cláusula primeira, conforme Anexo I e II deste contrato, conforme sua proposta e preços finais apurados no Edital 2309/2021.

2.2 - O valor mensal estimado para este contrato é de R\$ _____, totalizando um valor de R\$ _____ para o período de vigência;

2.3 - As despesas decorrentes deste processo correrão à conta da dotação orçamentária:

2.3.1 - Projeto/Atividade:

2.3.2 - Elemento Despesa:

2.3.3 - Unidade Orçamentária:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste contrato;

3.1.1 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

3.2. A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre as refeições/serviços, discriminando o tipo de refeição, quantitativo, valor unitário e total, além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação e do Processo SES.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, com a Nota Fiscal/Fatura, os documentos seguintes:

3.3.1. Certidão de Débito para com a Fazenda Estadual demonstrando sua regularidade;

3.3.2. Guia de Recolhimento do INSS;

3.3.3. Guia de Recolhimento do FGTS;

3.3.4. Guia de recolhimento do ISS;

3.3.5. Folha de pagamento de Pessoal.

3.4. Da Atualização por Inadimplemento:

3.4.1 - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, e desde que não haja pendências relativas à execução do Contrato, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e art. 40, inciso XIV, alínea “c” da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 4.1 Prestar os serviços, objeto deste Termo de Referência, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos necessários para executar os serviços com a máxima qualidade;
- 4.2 Despesas decorrentes da execução da contratação, tais como equipamentos, adequações das áreas físicas e recursos humanos ficarão exclusivamente sob a responsabilidade da CONTRATADA;
- 4.3 Executar os serviços com profissionais devidamente qualificados, selecionados e treinados para o desempenho adequado dos trabalhos;
- 4.4 Utilizar Sistema de Gestão de Qualidade para execução ágil de processos, resultado rastreável, comunicação eficiente e outros.;
- 4.5 Estabelecer os resultados críticos junto a Gerência Técnica hospitalar, respeitando a vocação e as características da unidade;
- 4.6 Comprovar o Registro de equipamentos na ANVISA e apresentar o plano de manutenção periódica previsto no Sistema de Gestão de Qualidade;
- 4.7 Realizar obrigatoriamente a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos existentes na Unidade Laboratorial que presta serviço à unidade hospitalar, com assistência técnica especializada por profissionais treinados e capacitados pelos fabricantes; 6.1.8. Apresentar comprovação das manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos (cópia das ordens de serviço e/ou relatórios de manutenção);
- 4.8 Realizar obrigatoriamente a manutenção das instalações utilizadas nas dependências da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato;
- 4.9 Dispor dos dados brutos comprobatórios das atividades de manutenção, os quais poderão ser solicitados a qualquer momento pelo fiscal e/ou seus designados;
- 4.10 A CONTRATADA deverá dispor de informações a pedido da SES, auditoria técnica ou administrativa, a qualquer momento;
- 4.11 Sistema de Controle de Qualidade Interno e Externo para TODOS os analitos que realiza e na impossibilidade deste Sistema, a CONTRATADA deverá demonstrar como realiza o controle de forma alternativa;
- 4.12 Os certificados mensais e qualquer outro documento probatório do desempenho da CONTRATADA no Programa De Controle de Qualidade Externo devem ser apresentados mensalmente à unidade para análise do cumprimento dos serviços;
- 4.13 Comprovação documental no Sistema de Gestão de Qualidade da Guarda dos dados brutos de exames nos termos da RDC/ANVISA nº 302/2005 e suas respectivas atualizações;
- 4.14 Utilizar somente material de consumo com Registro na ANVISA, descartável e de qualidade para realização dos exames;
- 4.15 A coleta de sangue deverá ser realizada por profissional experiente e formalmente capacitado, sob responsabilidade e às expensas da CONTRATADA, supervisionado por profissional competente, como por exemplo, Técnico de Análises Clínicas, Biomédico ou Farmacêutico-Bioquímico. Quando realizada por Técnico de Enfermagem, esse será supervisionado por um Enfermeiro Responsável, conforme as normas e determinações do Conselho de Classe. Nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, Berçário ou Pediátrica, a coleta poderá ser supervisionada por profissionais da enfermagem e na impossibilidade de uso do método tradicional, será utilizado o sistema de microcoleta e microtécnica;
- 4.16 Todo material de consumo (seringa, agulha, escalpe, gaze seca e estéril, algodão, bandagem, esparadrapo, luva, tubo de coleta, microtubo, etiqueta para identificação do paciente, swab de algodão, lanceta, descartador de material perfuro cortante e outros), insumos, produtos para diagnóstico de uso in vitro (reagentes, padrões, calibradores, controles, materiais, artigos e instrumentos) e recursos humanos utilizados para a coleta e realização dos exames, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus e responsabilidade à SES;

4.17 Apresentar os colaboradores devidamente uniformizados e identificados com crachá que constem o nome da empresa, do profissional, o número da matrícula, o registro geral e fotografia. Cumprir as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho e prover os colaboradores com Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC, quando realizarem os serviços, quando permanecerem na(s) Unidade(s) da SES ou quando necessário;

4.18 Dispor de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS atendendo aos requisitos da RDC/ANVISA nº 306/2004, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-7 Portaria MTE nº 3214 de 08/06/1978 e Lei nº 6514 de 22/12/1977) e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT em consonância com a legislação trabalhista vigente;

4.19 Responsabilizar-se pelo ônus decorrente da imediata substituição na prestação dos serviços, de empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça a confiança da SES, embarace a fiscalização ou proceda de modo impróprio com os serviços prestados ou com o atendimento humanizado preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

4.20 Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de propriedade da CONTRATADA a fim de não serem confundidos com os equipamentos similares de propriedade da CONTRATANTE;

4.21 Limpar e manter seus equipamentos e área física utilizada, bem como responsabilizar-se pelo destino de resíduos químicos e biológicos potencialmente poluidores e/ou contaminantes resultantes das suas atividades laborativas. Responder pelos danos ambientais que porventura causarem, sem ônus à SES, sendo que tais procedimentos deverão constar no Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA, incluindo procedimento de limpeza, periodicidade e outros;

4.22 Construir estrutura de logística para prestar serviços nas Unidade(s) Hospitalar(es) que apresentam apenas posto de coleta ou naquelas onde a coleta é realizada nos leitos, conforme descrito na Tabela II, para garantir a coleta da amostra, a realização dos exames e a liberação dos resultados, no MÁXIMO em 1 (UMA) hora, dos seguintes exames elencados como URGÊNCIA: gasometria arterial e/ou venosa, sódio, potássio, cálcio, magnésio, ureia, creatinina, hematócrito, hemoglobina, glicose e troponina. Os resultados de outros exames de urgência: hemograma, plaquetas, amilase, parcial de urina, CK, CK- MB, CK-massa, TAP, TTPA, lactato, TGO, TGP, fosfatase alcalina, Gama-GT, Bilirrubinas, cloro, Beta-HCG serão liberados em 2 (DUAS) horas em CARÁTER DE EMERGÊNCIA;

4.23 Incluir ou excluir exames no elenco de procedimentos de acordo com as determinações e interesses da SES, como por exemplo, exames epidemiológicos, seguindo possíveis direcionamentos técnicos demandados por esta Secretaria;

4.24 Participar das sub-redes laboratoriais por agravos da CRLAB-LACEN/SC em que a CONTRATADA possa realizar exames na unidade hospitalar;

Instalar e manter sob sua responsabilidade técnica com identificação apropriada, um gasômetro próximo à UTI, Centro Cirúrgico ou local definido pela unidade hospitalar, bem como treinamento de pessoal da unidade hospitalar, sistema de controles e calibração devidamente comprovados e cronogramas de manutenção preventiva e corretiva;

4.25 A empresa CONTRATADA deverá realizar a integração da requisição e resultados de exames com o Sistema de Gestão em Saúde Hospitalar (SGS-Hospitalar) utilizado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), no prazo de 60 (sessenta) dias. Após a integração, os exames serão solicitados por meio de requisição eletrônica no SGS-Hospitalar e enviados automaticamente ao sistema utilizado pela CONTRATADA. Os resultados estarão disponíveis na SGS-Hospitalar para visualização e para impressão, se necessária;

4.26 Lançar manualmente os resultados de pacientes com prontuário eletrônico no SGS- Hospitalar, quando falha de integração entre os sistemas informatizados;

- 4.27 Criação das “máscaras” dos exames para integração entre os sistemas, sob a supervisão dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização do contrato;
- 4.28 Monitorar a integração entre os sistemas informatizados da CONTRATADA e do SGS-Hospitalar, certificando-se do envio correto e íntegro das informações ao SGS- Hospitalar;
- 4.29 Dispor da infraestrutura de informática (“hardware”, “software”, rede lógica e acesso à INTERNET) na Unidade Laboratorial instalada nas dependências da CONTRATANTE;
- 4.30 A CONTRATADA deverá (até a implantação do interfaceamento supracitado) apresentar as listas de pacientes atendidos e de exames realizados às unidades hospitalares da CONTRATANTE, que efetuará os pagamentos somente após a análise e conferência dos dados;
- 4.31 Acessar outras informações acerca da integração entre os sistemas, através do contato com o fabricante do software;
- 4.32 Solicitar os exames de acordo com a nomenclatura proposta e respectivos códigos apresentados neste Termo está condicionado ao pagamento dos serviços de análises clínicas;
- 4.33 No caso de prorrogação do contrato, os exames poderão ser reajustados de acordo com os seguintes critérios: a) Exames constantes a tabela SIGTAP/SUS poderão ser reajustados somente quando do reajuste dessas tabelas, assumindo-se os novos valores da tabela aos preços contratados; b) Exames constantes as tabelas CBHPM e poderão ser reajustados somente quando do reajuste dessa tabela, aplicando-se o IPCA/IBGE sobre os preços contratados; c) Exames constantes a tabela própria da SES poderão ser reajustados ao aplicando-se o IPCA/IBGE sobre os preços contratados;
- 4.34 Apresentar laudo de exame com metodologia empregada, valor de referência, nome e o número de registro no conselho profissional competente do responsável pela liberação do laudo;
- 4.35 Apresentar laudo de exame realizado em laboratório terceirizado constando o nome do laboratório responsável e as mesmas informações do item 4.34
- 4.36 Não transferir a outrem os compromissos assumidos, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 4.37 Exames realizados no LACEN não poderão ser faturados por código e/ou nomenclatura das Tabelas referenciadas: Leishmania (anticorpos/pesquisa); Leptospirose (sorologia/anticorpo e/ou pesquisa); Hepatite C - quantitativo (carga viral); Hepatite B; quantitativo (carga viral); HIV - quantitativo (carga viral); Tuberculose PCR;
- 4.38 Exames realizados no laboratório Municipal pertencentes à rede de atenção e diagnóstico não poderá ser faturado por código e/ou nomenclatura das Tabelas de Referência:Tuberculose PCR;
- 4.39 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços que foram verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados;
- 4.40 Assumir toda e qualquer providência acerca do reparo ou indenização por danos materiais causados à CONTRATANTE e a terceiros por práticas ou acidentes decorrentes do serviço, causados por seus funcionários;
- 4.41 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.42 Declarar que o exame será repetido sem ônus para a SES/SC se não estiver de acordo com os padrões de qualidade exigidos;
- 4.43 Disponibilizar os Procedimentos de transporte e preparo de amostra, o Manual de coleta e preparo de paciente e o Plano de Contingência para eventuais situações de risco;
- 4.44 Remanejar saldo de exames entre unidades do mesmo lote para realização de exames na unidade que não dispõe de quantitativo;

4.45 Cumprir as conformidades da RDC/ANVISA nº 171/2006, quando a CONTRATADA atender unidade hospitalar que dispõe de Banco de Leite Humano (BLH) e/ou Posto de Coleta de Leite Humano (PCLH);

4.46 Dispor de profissional capacitado por treinamento reconhecido pela Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano para execução das análises físico-químicas, organolépticas e microbiológicas do leite, conforme Art. 7.4 da RDC/ANVISA nº 171/2006, quando a CONTRATADA atender unidade hospitalar que dispõe BLH e/ou PCLH.

4.2 Do local da prestação de serviços:

4.2.1 A CONTRATADA prestará os serviços na unidade hospitalar de acordo com área máxima descrita na Tabela II. Os exames também poderão ser executados nas unidades hospitalares que dispõem de posto de coleta laboratorial com área máxima descrita na Tabela II, desde que amparado com área de preparo de amostras;

4.2.2 A CONTRATADA pagará o valor por metro quadrado da área cedida pela CONTRATANTE como descrito na Tabela III;

4.2.3 Para exclusiva execução dos serviços, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA, nas condições estipuladas neste Termo de Referência, área física adequada nas dependências das unidades, conforme a Tabela II, bem como água, luz e ramal telefônico (exclusivamente interno);

4.2.4 A CONTRATADA providenciará a adaptação da rede de gás, água e energia elétrica, no prazo de 60 (sessenta) dias, no caso da inexistência de medidores individuais instalados na unidade, conforme a especificidade de cada ambiente, respeitando as estruturas existentes e garantindo o funcionamento pleno dos sistemas, para aferição de gás, água e energia elétrica, para posterior cobrança do gasto com o consumo mensal pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

4.2.5 A CONTRATADA executará nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela Unidade Hospitalar vinculada à SES, vedado atendimento externo de particulares ou outros convênios;

4.2.6 Referente a concessão remunerada de uso de bem público à empresa CONTRATADA depositará à SES até o 10º dia do mês, aluguel correspondente à área física cedida, o qual será cobrada pelo metro quadrado da região seguindo índices oficiais. Além disso, a cobrança do condomínio será de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do aluguel, em razão da manutenção da estrutura disponível à CONTRATADA, conforme Tabela III. Após a instalação dos medidores individuais pela CONTRATADA, os valores aferidos, serão somados à taxa de condomínio e o valor médio dos três meses posteriores à instalação será atribuído ao pagamento mensal dos 6-0 dias que a CONTRATADA ficou sem medidor.

4.2.7 Para a comprovação do pagamento das despesas contidas neste termo, a empresa contratada deverá apresentar mensalmente o documento de depósito, juntamente com a nota fiscal dos serviços prestados.

4.2.8 Em caso de prorrogação do Contrato, a SES atualizará a remuneração da área física, estabelecida neste Termo com base na variação do CUB (Custo Unitário Básico) do período.

4.2.9 Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da sala que será cedida, conforme necessidade da empresa vencedora;

4.2.10 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, atendendo as determinações da legislação sanitária vigente, assim como, a

Unidade da SES	Nº de Leitos	Área Física Coleta (M²)	Área Física Laboratório (M²)	Horário de Atendimento
HDWC	95	Não se aplica	85,95	24h incluindo sábados, domingos e feriados

demanda da prestação dos serviços;

4.2.11 A CONTRATADA deverá comunicar a SES previamente, quando houver necessidade de realização de obra na área disponibilizada e providenciar a continuidade dos serviços

4.2.12 A CONTRATADA deverá entregar a área utilizada em perfeito estado de pintura, instalação elétrica e hidráulica, limpeza e conservação, no término do contrato.

TABELA II - Área máxima disponível ao laboratório clínico e posto de coleta nas unidades hospitalares públicas vinculadas à SES/SC.

TABELA III - Área cedida e valor por metro quadrado disponíveis aos laboratórios nas unidades hospitalares públicas vinculadas à SES/SC.

Unidade	Área (M²)	Valor Aluguel/M² (R\$)	Valor Total Aluguel (R\$)	Valor Condomínio/M² (R\$)	Valor total condomínio (R\$)
HDWC	85,95	50,17	4.312,11	12,54	1.077,81

4.3 DEMAIS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.3.1 A SES poderá exigir os documentos referentes aos empregados da CONTRATADA. Estes documentos estão relacionados abaixo e devem estar disponíveis para apresentação a qualquer momento:

- Contrato de Trabalho de seus empregados;
- Contrato de prestação de serviços, quando for o caso;
- Registro da carteira de trabalho de empregados;
- Controle de horas;
- Regulamento interno;
- Convenção, acordo ou sentença normativa;
- Certificado de regularidade do FGTS;
- GFIP;
- Folha de pagamento;
- Certidão negativa de débitos previdenciários (CND);
- Documentos pertinentes à contribuição previdenciária;
- Documentos pertinentes à segurança e saúde do trabalho;
- Comunicado de acidente do trabalho (CAT), entre outros;
- Documentação do Sistema de Gestão da Qualidade (comprovação de treinamentos, plano de manutenção preventiva e outros).

4.3.2 A CONTRATADA será a responsável única e direta perante o empregado que contrata para execução do objeto, exercendo a prerrogativa de dirigi-los e ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes;

4.3.3 Não se estabelecerá qualquer relação jurídica entre os empregados da CONTRATADA e a Secretaria de Estado da Saúde;

4.3.4 A recusa, demora ou qualquer reclamação no atendimento, independente das sanções cabíveis, permitirá que a SES confie a outrem, a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo uma única vez, no pagamento subsequente, sem que a CONTRATADA possa impugnar o seu valor;

4.3.5 A CONTRATADA, representada por sua direção ou preposto, deve participar sempre que convocada, das reuniões técnicas do corpo clínico e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) da(s) Unidade(s) da SES, a fim de auxiliar nas ações relacionadas a infecção hospitalar, sem quaisquer ônus à SES;

- 4.3.6 Informar a escala de funcionários que realizarão os exames no período noturno, finais de semana e feriados a(s) Unidade(s) da SES, durante a vigência do contrato;
- 4.3.7 Responsabilizar-se pelo controle da frequência e pontualidade de seus empregados;
- 4.3.8 Manter contingente laborativo suficiente para executar dos serviços, sem interrupção por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve ou demissão de empregados, sendo necessário substituições de profissionais em prazo hábil, resguardando-se de incolumidade, continuidade e pontualidade dos serviços, além de risco à segurança do trabalhador, no prazo estabelecido pelo Fiscal do Contrato;
- 4.3.9 Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, alimentação e transporte, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, com o objetivo de liberação pagamentos das faturas apresentadas ao CONTRATANTE para liquidação;
- 4.3.10 Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da legal;
- 4.3.11 Fornecer aos seus profissionais até o último dia útil do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado e de vale transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço (Dec. Fed. nº 95.247/87, Lei nº 7.418/85, Lei nº 7.619/87).
- 4.3.12 A CONTRATADA assumirá todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;
- 4.3.13 Encaminhar o profissional que sofrer acidente de trabalho ou aquele que necessitar de atendimento médico em tempo hábil e comunicar a ocorrência ao Fiscal do Contrato;
- 4.3.14 Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, licenças, Conselhos Regionais, outros Órgãos públicos Municipais, Estaduais ou Federais necessários e, certidões solicitadas;
- 4.3.15 A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços; Providenciar a correção das deficiências na execução dos serviços contratados apontadas pela SES;
- 4.3.16 Reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objetos do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados;
- 4.3.17 A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência;
- 4.3.18 A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que seja causado direta ou indiretamente ao patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde ou a terceiros pela execução dos serviços prestados;
- 4.3.19 Ser responsável pelo dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da SES, devendo a CONTRATADA comunicar à SES por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes durante a execução do contrato e ressarcir o prejuízo causado;
- 4.3.20 Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.

4.3.21 A CONTRATADA apresentará ao Fiscal do Contrato sempre quando solicitado, a relação nominal acompanhada dos endereços residencial e profissional atualizada e Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos legalmente previstos, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida;

4.3.22 A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais, cujas reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender;

4.3.23 A CONTRATADA e seus subordinados deverão atender com presteza as solicitações/reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para a SES;

4.3.24 Manter permanentemente de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa;

4.3.25 A CONTRATADA preservará a SES/SC, mantendo-a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação;

4.3.26 A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SES/SC;

4.3.27 A CONTRATADA indicará um responsável pelo gerenciamento dos serviços, autorizado a tratar com o CONTRATANTE a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato;

4.3.28 A CONTRATADA emitirá nota fiscal onde constará o nome do exame e respectivo código relacionado com a Tabela de Referência SIGTAP/SUS, Tabela CBHPM e/ou Tabela Própria SES, número de exames realizados e entregará na unidade hospitalar solicitante, conforme a relação mensal de exames realizados, disponibilizada no SGS-Hospitalar.

4.4 Obrigações da Contratante:

4.4.1 A CONTRATANTE acompanhará durante a vigência do Contrato o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.4.2 A CONTRATANTE deverá assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, ao local de trabalho;

4.4.3 A CONTRATANTE/SES deverá prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATADA;

4.4.4 A CONTRATANTE/SES pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato de acordo com a norma de contratação;

4.4.5 Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados diretamente pelo Gestor e representante designado pela Administração da Unidade Hospitalar (Fiscal de Contrato), o qual acompanhará e fiscalizará o cumprimento dos dispositivos do Contrato. A Comissão de Serviços de Análises Clínicas da SES atuará junto a fiscalização, desde o início dos trabalhos, com interesse exclusivo da SES, participando de todos os atos que se fizerem necessários para garantir a execução dos serviços contratados, podendo ser realizadas diligências e auditorias;

4.4.6 Visita da Comissão de Serviços de Análises Clínicas nos Laboratórios para comprovação da compatibilidade de parque de equipamentos e do corpo técnico qualificado para prestar os serviços de análises clínicas às unidades hospitalares;

4.4.7 A CONTRATADA deverá disponibilizar os indicadores na periodicidade indicada na Tabela IV, como instrumento de acompanhamento e avaliação do serviço pela CONTRATANTE. Os valores devem estar de acordo com o estipulado aceitável descritos por indicador. O não atendimento das metas dispostas na Tabela IV, poderá ensejar as sanções previstas no Artigo 87, Incisos I, II, III e IV da Lei nº8.666/1993.

TABELA IV - Indicadores utilizados na avaliação da execução dos serviços.

NOME DO INDICADOR	META	PERIODICIDADE	FÓRMULA
Taxa de coleta de nova amostra	Abaixo de 3%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de coletas de novas amostras} / \text{Total de coletas}) * 100$
Desempenho do laboratório no ensaio de proficiência. Controle de Qualidade Externo.	Acima de 85%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de exames (analitos) que atenderam o padrão} / \text{Total de exames enviados (PNCQ ou Controllab)}) * 100_1$
Exames em regime de urgência liberados no tempo	Acima de 97%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de exames de urgentes liberados no tempo} / \text{Total de exames urgentes liberados}) * 100_2$
Taxa de contaminação de Hemoculturas	Abaixo de 3%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de contaminações} / \text{n}^\circ \text{ de hemoculturas coletadas}) * 100$
Monitorar a efetividade da comunicação de exames críticos laboratoriais comunicados	Acima de 98%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de exames de rotina críticos passados telefone} / \text{Total de exames críticos}) * 100_3$

- O laboratório deverá submeter seus resultados a ensaios de proficiência, conforme a RDC/ANVISA nº 302/2005, legislação vigente e suas atualizações. Os testes que não dispõem de ensaios externos deverão ser verificados por métodos alternativos comprovados pela CONTRATADA;
- Os exames em regime de urgência estão dispostos no item 4.22;
- A lista e os valores de exames críticos serão elaborados de acordo com o Item 4.5.

4.5 Da transição:

4.5.1 A CONTRATADA deverá estar apta para iniciar a prestação dos serviços no máximo em 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, na data definida pela CONTRATANTE, conforme encerramento do contrato do prestador dos serviços atual.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 - Este contrato terá vigência de 180 dias a partir da sua assinatura.

5.2 - O presente contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações).

5.3. O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, mediante conclusão de processo licitatório.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

6.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

7.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

7.2.1 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

7.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

7.2.3 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

7.2.4 - Em caso de contratação decorrente de procedimento licitatório.

7.3 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

8.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

8.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

8.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativamente ou judicialmente;

8.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

8.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

8.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

8.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

8.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

8.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

8.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

8.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

8.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

8.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

8.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

8.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

8.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

8.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA NONA– DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 -Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) em conjunto com os Gestores, Fiscais da(s) Unidade(s) da SES, e com a Gerência de Acompanhamento de Custos e Resultados (GEACR), a quem caberá verificar se os dispositivos do Contrato estão sendo rigorosamente cumpridos.

9.1.1 - A fiscalização do contrato será exercida por representante(s) da CONTRATANTE, servidor(a) Nilson Carvalho Correa - HDWC, matrícula 659.764-5-01 e Gestor: Silvana Leite Costa- HDWC, matrícula 368.471-7-04 a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.1.2 - A fiscalização que atuará desde o início dos trabalhos, será exercida no interesse exclusivo da SES, com a participação de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados, e não excluir, nem reduzir, a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades.

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

10.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente contratação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

10.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a empresa vencedora possa impugnar o seu valor.

10.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

10.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Oitava;

10.6 - O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

10.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO:

11.1- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento.

Florianópolis,

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO

Termo de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde (SES)/Fundo Estadual de Saúde (FES) e o XX., através do PSES nº 67210/2021, Edital nº 2309/2021, na modalidade de Dispensa de Licitação.

CEDENTE: Secretaria de Estado da Saúde /Fundo Estadual de
Saúde CNPJ: 80.673.411/0001-87
Endereço: Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley – Centro – Florianópolis – SC – CEP
88.015- 130

Representada por:

CESSIONÁRIA:
CNPJ
Endereço:
Representada por:

GESTOR: HDWC - HOSPITAL DOUTOR WALDOMIRO COLAUTTI

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. A CEDENTE é proprietária de área física localizada no interior da HDWC - HOSPITAL DOUTOR WALDOMIRO COLAUTTI, situada na Três de Maio, S/N, centro- Ibirama/SC, com X m² e concede a CESSIÓNÁRIA, conforme nova vigência do Contrato de Prestação de Serviços n.º XX/2021, a partir da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. A CESSIÓNÁRIA pagará à CEDENTE o valor mensal de R\$ XX por m² referente a aluguel, perfazendo um total mensal de R\$ XX, referente ao aluguel, além de 25% (vinte e cinco por cento) a título de condomínio, no valor de R\$ XX. O valor mensal total do aluguel acrescido do condomínio será de R\$ XX

2.2. Referente à concessão remunerada de uso de bem público, a CESSIÓNÁRIA pagará à SES até o 10º dia do mês, remuneração correspondente à área física cedida, com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do aluguel, a título de condomínio, através de boleto bancário emitido pela Gerência de Administração Financeira da Secretaria de Estado da Saúde.

2.3. A CEDENTE fornecerá estrutura de, gás, água, telefone e energia elétrica para a realização dos serviços, e respectivos medidores, contudo ficará a cargo da CESSIÓNÁRIA o pagamento das despesas mensais dos gastos com o consumo dos itens supracitados.

2.4. A simples falta de pagamento nas épocas determinadas importará em mora, ou seja, 2% (dois por cento) de multa ao mês, mais juros legais, independentemente de interpelação judicial, ou outro qualquer aviso e só por força do presente termo.

2.5. Para a comprovação do pagamento das despesas resultantes da concessão remunerada de uso de bem público, a CESSIÓNÁRIA deverá apresentar mensalmente o documento de pagamento em conjunto com a nota fiscal dos serviços prestados.

2.6. A CESSIÓNÁRIA executará, nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela Unidade Hospitalar vinculada à SES, vedado o atendimento externo de particulares ou outros convênios.

2.7. Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da sala que será cedida, conforme necessidade da empresa vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. A CESSIÓNÁRIA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, de forma a atender as determinações da legislação sanitária vigente, assim como a demanda da prestação dos serviços.

3.1.1. Quando forem necessárias obras nas dependências da área disponibilizada, a CESSIÓNÁRIA deverá comunicar à SES com antecedência, a fim de que sejam tomadas as providências para que os serviços não sejam interrompidos.

3.2. Em caso de término do contrato, a CESSIÓNÁRIA que esteja ocupando área física da SES, deverá devolver tal área em perfeitas condições de uso (pintada, instalações elétricas e hidráulicas em boas condições e mediante vistoria da Secretaria de Estado da Saúde que comprovem o cumprimento da cláusula).

3.3. A CESSIONÁRIA, por conta própria, deverá instalar, reformar e fornecer todo o equipamento, pessoal e material de consumo necessário à realização dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. A CESSIONÁRIA obriga-se a não se utilizar do imóvel para outro fim que não seja para prestação de serviços objeto do Edital n.º 2309/2021, Contrato de Prestação de Serviços n.º XX/2020, sob pena de rescisão imediata deste termo.

4.2. Não será permitido transferir o Contrato a outrem ou sublocá-lo no todo ou em parte sem o expresso consentimento da CEDENTE.

4.3. O descumprimento de qualquer cláusula deste instrumento pela CESSIONÁRIA acarretará em rescisão unilateral por parte da CEDENTE, sem que haja qualquer tipo de indenização a mesma.

CLÁUSULA QUINTA

5.1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, inclusive no que se refere às alterações e sua rescisão, sempre com a prerrogativa da supremacia do interesse público.

5.2. Ambos os contratantes elegem o foro da Comarca de Florianópolis/SC, para decidir qualquer questão judicial originária deste instrumento.

Florianópolis,

[Assinado digitalmente]

CEDENTE

CESSIONÁRIA

[Assinado digitalmente]

GESTOR

ANEXO IV				
Relação de exames de análises clínicas prescritos na unidade: HDWC				
Tabela	Código	Descrição	Número exames/mês	Número exames/semestre
SIGTAP-SUS	0202010023	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	1	6
SIGTAP-SUS	0202010112	DOSAGEM DE ACIDO ASCÓRBICO	19	114
SIGTAP-SUS	0202010120	DOSAGEM DE ACIDO ÚRICO	20	120
SIGTAP-SUS	0202010180	DOSAGEM DE AMILASE	210	1260
SIGTAP-SUS	0202010201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	304	1824
SIGTAP-SUS	0202010210	DOSAGEM DE CÁLCIO	73	438
SIGTAP-SUS	0202010228	DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	847	5082
SIGTAP-SUS	0202010260	Dosagem de Cloreto (soro, plasma, urina, liquor)	10	60
SIGTAP-SUS	0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	12	72
SIGTAP-SUS	0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	10	60
SIGTAP-SUS	0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	15	90
SIGTAP-SUS	0202010309	DOSAGEM DE COLINESTERASE	1	6
SIGTAP-SUS	0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	1519	9114
SIGTAP-SUS	0202010325	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	221	1326
SIGTAP-SUS	0202010333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB	200	1200
SIGTAP-SUS	0202010368	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA	96	576
SIGTAP-SUS	0202010376	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	10	60
SIGTAP-SUS	0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	1	6
SIGTAP-SUS	0202010392	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	4	24
SIGTAP-SUS	0202010406	DOSAGEM DE FOLATO (ÁCIDO FÓLICO ERITROCITÁRIO)	2	12
SIGTAP-SUS	0202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	72	432
SIGTAP-SUS	0202010430	DOSAGEM DE FÓSFORO	848	5088
SIGTAP-SUS	0202010465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	91	546
SIGTAP-SUS	0202010473	DOSAGEM DE GLICOSE	99	594
SIGTAP-SUS	0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA (GLICADA)	5	30
SIGTAP-	020201065	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-PIRÚVICA	362	2172

SUS	1	(TGP)		
SIGTAP-SUS	0202010538	DOSAGEM DE LACTATO (ÁCIDO LÁCTICO)	759	4554
SIGTAP-SUS	0202010554	DOSAGEM DE LIPASE	140	840
SIGTAP-SUS	0202010562	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	1057	6342
SIGTAP-SUS	0202010600	DOSAGEM DE POTÁSSIO	1437	8622
SIGTAP-SUS	0202010627	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRACÇÕES (ALBUMINA)	1	6
SIGTAP-SUS	0202010635	DOSAGEM DE SÓDIO	1369	8214
SIGTAP-SUS	0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA (TGO)	365	2190
SIGTAP-SUS	0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	3	18
SIGTAP-SUS	0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS	20	120
SIGTAP-SUS	0202010694	DOSAGEM DE URÉIA (SANGUE)	1429	8574
SIGTAP-SUS	0202010708	DOSAGEM DE VITAMINA B12 (CIANOCOBALAMINA)	8	48
SIGTAP-SUS	0202010724	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS	1	6
SIGTAP-SUS	0202010732	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	1499	8994
SIGTAP-SUS	0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	173	1038
SIGTAP-SUS	0202010791	DOSAGEM DE PEPTÍDEOS NATRIURÉTICOS TIPO B (BNP E NT- PROBNP)	25	150
SIGTAP-SUS	0202020029	CONTAGEM DE PLAQUETAS (CITRATO DE SÓDIO)	2	12
SIGTAP-SUS	0202020037	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	7	42
SIGTAP-SUS	0202020134	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA OU KPTT)	822	4932
SIGTAP-SUS	0202020142	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	935	5610
SIGTAP-SUS	0202020150	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSIDIMENTAÇÃO (VHS)	19	114
SIGTAP-SUS	0202020290	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	40	240
SIGTAP-SUS	0202020312	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	11	66
SIGTAP-SUS	0202020371	HEMATÓCRITO	11	66
SIGTAP-SUS	0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	1886	11316
SIGTAP-SUS	0202020541	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD) / COOMBS DIRETO	12	72
SIGTAP-SUS	0202030067	DETERMINAÇÃO DE COMPLEMENTO (CH50)	1	6
SIGTAP-SUS	0202030075	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATÓIDE	1	6
SIGTAP-SUS	0202030083	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA	1417	8502
SIGTAP-SUS	0202030091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEÍNA	1	6
SIGTAP-SUS	0202030105	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA) OU PSA LIVRE OU PSA TOTAL	3	18
SIGTAP-SUS	0202030121	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	1	6
SIGTAP-SUS	0202030130	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	1	6
SIGTAP-SUS	0202030156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	1	6
SIGTAP-SUS	0202030164	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	1	6
SIGTAP-SUS	0202030172	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA G (IGG)	3	18

SIGTAP-SUS	0202030180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	1	6
SIGTAP-SUS	0202030253	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	1	6
SIGTAP-SUS	0202030261	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	1	6
SIGTAP-SUS	0202030270	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA DUPLA HÉLICE	1	6
SIGTAP-SUS	0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	111	666
SIGTAP-SUS	0202030326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEÍNA (RNP)	1	6
SIGTAP-SUS	0202030342	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	1	6
SIGTAP-SUS	0202030474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	1	6
SIGTAP-SUS	0202030539	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS		0
SIGTAP-SUS	0202030563	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA (IFI)	1	6
SIGTAP-SUS	0202030598	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINÚCLEO (FAN - FATOR ANTINÚCLEO)	4	24
SIGTAP-SUS	0202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	4	24
SIGTAP-SUS	0202030644	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	1	6
SIGTAP-SUS	0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	45	270
SIGTAP-SUS	0202030741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVÍRUS	3	18
SIGTAP-SUS	0202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	4	24
SIGTAP-SUS	0202030784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG e IGM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL) / HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	1	6

SIGTAP-SUS	0202030792	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVÍRUS (DENGUE, ZIKA, CHIKUNGUNYA E FEBRE AMARELA)	1	6
SIGTAP-SUS	0202030806	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	2	12
SIGTAP-SUS	0202030814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA	1	6
SIGTAP-SUS	0202030830	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS EPSTEIN-BARR	2	12
SIGTAP-SUS	0202030849	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS HERPES SIMPLIS	1	6
SIGTAP-SUS	0202030857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVÍRUS	3	18
SIGTAP-SUS	0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	4	24
SIGTAP-SUS	0202030890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	1	6
SIGTAP-SUS	0202030911	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAV-IGM)	3	18
SIGTAP-SUS	0202030920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA	1	6
SIGTAP-SUS	0202030946	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS EPSTEIN-BARR	2	12
SIGTAP-SUS	0202030954	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS EPSTEIN-BARR	1	6
SIGTAP-SUS	0202030962	PESQUISA DE ANTÍGENO CARCINOEMBRIÓNICO (CEA)	3	18
SIGTAP-SUS	0202030970	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	49	294

SIGTAP-SUS	0202031110	TESTE NÃO TREPONÊMICO P/DETECÇÃO DE SÍFILIS (VDRL)	142	852
SIGTAP-SUS	0202031128	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS	1	6
SIGTAP-SUS	0202031136	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS	1	6
SIGTAP-SUS	0202031209	DOSAGEM DE TROPONINA	209	1254
SIGTAP-SUS	0202031217	DOSAGEM DO ANTÍGENO CA 125	2	12
SIGTAP-SUS	0202040097	PESQUISA DE LEUCÓCITOS NAS FEZES	3	18
SIGTAP-SUS	0202040127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS / PARASITOLÓGICO DE FEZES	6	36
SIGTAP-SUS	0202040143	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	2	12
SIGTAP-SUS	0202050017	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	675	4050
SIGTAP-SUS	0202050025	CLEARANCE DE CREATININA	7	42
SIGTAP-SUS	0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	1	6
SIGTAP-SUS	0202050114	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS)	3	18
SIGTAP-SUS	0202060047	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	1	6
SIGTAP-SUS	0202060098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	1	6
SIGTAP-SUS	0202060110	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	1	6
SIGTAP-SUS	0202060136	DOSAGEM DE CORTISOL (TODOS OS TIPOS DE COLETA)	1	6
SIGTAP-SUS	0202060152	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	1	6
SIGTAP-SUS	0202060160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	1	6
SIGTAP-SUS	0202060179	DOSAGEM DE ESTRIOL	1	6
SIGTAP-SUS	0202060187	DOSAGEM DE ESTRONA	1	6
SIGTAP-SUS	0202060217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	3	18
SIGTAP-SUS	0202060233	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	1	6
SIGTAP-SUS	0202060241	DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH)	1	6
SIGTAP-SUS	0202060250	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	23	138
SIGTAP-SUS	0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	1	6
SIGTAP-SUS	0202060276	DOSAGEM DE PARATORMÔNIO	1	6
SIGTAP-SUS	0202060284	DOSAGEM DE PEPTÍDEO C	1	6
SIGTAP-SUS	0202060306	DOSAGEM DE PROLACTINA	1	6
SIGTAP-SUS	0202060330	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	1	6
SIGTAP-SUS	0202060349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	1	6
SIGTAP-SUS	0202060357	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	1	6
SIGTAP-SUS	0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	1	6
SIGTAP-SUS	0202060381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	11	66
SIGTAP-SUS	0202060390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	1	6
SIGTAP-SUS	0202070050	DOSAGEM DE ÁCIDO VALPROICO	1	6
SIGTAP-SUS	0202070166	DOSAGEM DE CARBOXI-HEMOGLOBINA	1	6
SIGTAP-SUS	0202070220	DOSAGEM DE FENITOÍNA	1	6
SIGTAP-SUS	0202070255	DOSAGEM DE LÍTIO	1	6
SIGTAP-SUS	0202070352	DOSAGEM DE ZINCO	435	2610
SIGTAP-SUS	0202080013	ANTIBIOGRAMA	318	1908
SIGTAP-SUS	0202080021	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA (CORRESPONDE AO ANTIBIOGRAMA AUTOMATIZADO)	4	24
SIGTAP-SUS	0202080048	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	10	60
SIGTAP-SUS	0202080072	BACTERIOSCOPIA (COLORAÇÃO DE GRAM)	120	720

SIGTAP-SUS	0202080080	CULTURA DE BACTÉRIAS P/ IDENTIFICAÇÃO (CULTURA EM GERAL)	585	3510
SIGTAP-SUS	0202080145	EXAME MICROBIOLÓGICO A FRESCO (DIRETO)	330	1980
SIGTAP-SUS	0202080153	HEMOCULTURA (MANUAL POR AMOSTRA)	10	60
SIGTAP-SUS	0202090019	ACIDO ÚRICO LÍQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	10	60
SIGTAP-SUS	0202090051	CONTAGEM ESPECÍFICA DE CÉLULAS NO LIQUOR	10	60
SIGTAP-SUS	0202090060	CONTAGEM GLOBAL DE CÉLULAS NO LIQUOR	1	6
SIGTAP-SUS	0202090108	DOSAGEM DE FRUTOSE	10	60
SIGTAP-SUS	0202090124	DOSAGEM DE GLICOSE NO LÍQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	10	60
SIGTAP-SUS	0202090183	EXAME DE CARACTERES FÍSICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECÍFICA DE CÉLULAS	10	60
SIGTAP-SUS	0202090230	PESQUISA DE CARACTERES FÍSICOS NO LIQUOR	10	60
SIGTAP-SUS	0202090310	REAÇÃO DE PANDY	28	168
SIGTAP-SUS	0202120023	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO / GRUPO SANGUÍNEO + FATOR RH/DU	1	6
SIGTAP-SUS	0202120090	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) (COOMBS INDIRETO)	1	6
CBHPM	40301656	Creatinofosfoquinase fração MB (massa)	180	1080
CBHPM	40304906	DÍMERO D, PESQUISA E/OU DOSAGEM	37	222
CBHPM	40305341	GAD-AB-ANTIDECARBOXILASE DO ÁCIDO, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
CBHPM	40306259	ANTICORPOS ANTIENDOMISIO - IGG, IGM, IGA (CADA), PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
CBHPM	40306461	AVIDEZ DE IGG PARA TOXOPLASMOSE, CITOMEGALIA, RUBÉLOA, EB E OUTROS, CADA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
CBHPM	40310256	HEMOCULTURA AUTOMATIZADA (POR AMOSTRA)	330	1980
CBHPM	40311201	PROTEÍNAS DE BENCE JONES, PESQUISA NA URINA	2	12
CBHPM	40316378	MARCADORES TUMORAIS (CA 19-9, CA 125, CA 72-4, CA 15-3, ETC)	108	648

CBHPM	40316467	T3 LIVRE	14	84
TOTAL			22.457	134.742